

Texto compilado a partir da redação dada pelo [Provimento n. 76/2018](#) e pelo [Provimento n. 149/2023](#).

PROVIMENTO Nº 45, DE 13 DE MAIO DE 2015.

Revoga o Provimento 34 de 09/07/2013 e a Orientação 6 de 25/11/2013 e consolida as normas relativas à manutenção e escrituração dos Livros Diário Auxiliar, Visitas e Correições e Controle de Depósito Prévio pelos titulares de delegações e responsáveis interinos do serviço extrajudicial de notas e registros públicos, e dá outras providências.

A CORREGEDORA NACIONAL DE JUSTIÇA, Ministra NANCY ANDRIGHI, no uso de suas atribuições legais e constitucionais;

CONSIDERANDO o poder de fiscalização e normatização pelo Poder Judiciário segundo o disposto nos arts. 103-B, § 4º, I e III, e 236, § 1º, da Constituição Federal de 1988 e no art. 8º, X, do Regimento Interno do Conselho Nacional de Justiça;

CONSIDERANDO a necessidade de aprimoramento e consolidação das normas relativas à escrituração dos livros administrativos obrigatórios mantidos pelo delegatários de serviços extrajudiciais, bem como por aqueles que a qualquer título respondam provisoriamente por tais serviços;

CONSIDERANDO que a fiscalização da prestação do serviço extrajudicial de notas e registros públicos abrange a verificação da regular observância das obrigações tributárias a que estão sujeitos seus titulares e os responsáveis interinamente por delegações vagas, no que tange ao lançamento de valores que compõem as bases de cálculo do Imposto de Renda (IR) e do Imposto Sobre Serviços (ISS), inclusive;

CONSIDERANDO ainda a obrigatoriedade de fiscalização da regular observância da limitação remuneratória dos responsáveis interinamente por delegações vagas de notas e de registros públicos;

RESOLVE:

Art.1º [\(revogado pelo Provimento CN n. 149, de 30.8.2023\)](#)

a) [\(revogado pelo Provimento CN n. 149, de 30.8.2023\)](#)

b) [\(revogado pelo Provimento CN n. 149, de 30.8.2023\)](#)

c) [\(revogado pelo Provimento CN n. 149, de 30.8.2023\)](#)

Art.2º [\(revogado pelo Provimento CN n. 149, de 30.8.2023\)](#)

Parágrafo único. [\(revogado pelo Provimento CN n. 149, de 30.8.2023\)](#)

Art.3º [\(revogado pelo Provimento CN n. 149, de 30.8.2023\)](#)

Parágrafo único. [\(revogado pelo Provimento CN n. 149, de 30.8.2023\)](#)

Art.4º [\(revogado pelo Provimento CN n. 149, de 30.8.2023\)](#)

Parágrafo único. [\(revogado pelo Provimento CN n. 149, de 30.8.2023\)](#)

Art.5º [\(revogado pelo Provimento CN n. 149, de 30.8.2023\)](#)

Art.6º [\(revogado pelo Provimento CN n. 149, de 30.8.2023\)](#)

§ 1º [\(revogado pelo Provimento CN n. 149, de 30.8.2023\)](#)

§ 2º [\(revogado pelo Provimento CN n. 149, de 30.8.2023\)](#)

§ 3º [\(revogado pelo Provimento CN n. 149, de 30.8.2023\)](#)

Art.7º [\(revogado pelo Provimento CN n. 149, de 30.8.2023\)](#)

Art.8º As despesas serão lançadas no dia em que se efetivarem e sempre deverão resultar da prestação do serviço delegado, sendo passíveis de lançamento no Livro Diário Auxiliar todas as relativas investimentos, custeio e pessoal, promovidas a critério do delegatário, dentre outras:

a. locação de bens móveis e imóveis utilizados para a prestação do serviço, incluídos os destinados à guarda de livros, equipamentos e restante do acervo da serventia;

b. contratação de obras e serviços para a conservação, ampliação ou melhoria dos prédios utilizados para a prestação do serviço público;

c. contratação de serviços, os terceirizados inclusive, de limpeza e de segurança;

d. aquisição de móveis, utensílios, eletrodomésticos e equipamentos mantidos no local da prestação do serviço delegado, incluídos os destinados ao entretenimento dos usuários que aguardem a prestação do serviço e os de manutenção de refeitório;

e. aquisição ou locação de equipamentos (*hardware*), de programas (*software*) e de serviços de informática, incluídos os de manutenção prestados de forma terceirizada;

f. formação e manutenção de arquivo de segurança;

g. aquisição de materiais utilizados na prestação do serviço, incluídos os utilizados para a manutenção das instalações da serventia;

h. plano individual ou coletivo de assistência médica e odontológica contratado com entidade privada de saúde em favor dos prepostos e seus dependentes legais, assim como do titular da delegação e seus dependentes legais, caso se trate de plano coletivo em que também incluídos os prepostos do delegatário;

i. despesas trabalhistas com prepostos, incluídos FGTS, vale alimentação, vale transporte e quaisquer outros valores que lhes integrem a remuneração, além das contribuições previdenciárias devidas ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS ou ao órgão previdenciário estadual;

j. custeio de cursos de aperfeiçoamento técnico ou formação jurídica fornecidos aos prepostos ou em que regularmente inscrito o titular da delegação, desde que voltados exclusivamente ao aprimoramento dos conhecimentos jurídicos, ou, em relação aos prepostos, à melhoria dos conhecimentos em sua área de atuação;

k. o valor que for recolhido a título de Imposto Sobre Serviço – ISS devido pela prestação do serviço extrajudicial, quando incidente sobre os emolumentos percebidos pelo delegatário;

l. o valor de despesas com assessoria jurídica para a prestação do serviço extrajudicial;

m. o valor de despesas com assessoria de engenharia para a regularização fundiária e a retificação de registro.

Parágrafo único. Serão arquivados na forma definida em lei ou em norma das Corregedorias Gerais da Justiça dos Estados e do Distrito Federal todos os comprovantes das despesas efetuadas, incluindo os de retenção do imposto de renda, pelo prazo mínimo de cinco anos, salvo quando houver expressa previsão de prazo maior.

Art.9º [\(revogado pelo Provimento CN n. 149, de 30.8.2023\)](#)

Art.10 [\(revogado pelo Provimento CN n. 149, de 30.8.2023\)](#)

Art.11 [\(revogado pelo Provimento CN n. 149, de 30.8.2023\)](#)

Parágrafo único. [\(revogado pelo Provimento CN n. 149, de 30.8.2023\)](#)

Art. 12 É facultativa a utilização do Livro Diário Auxiliar também para fins de recolhimento do Imposto de Renda (IR), ressalvada nesta hipótese a obrigação de o delegatário indicar quais as despesas não dedutíveis para essa última finalidade e também o saldo mensal específico para fins de imposto de renda.

Parágrafo único. A mesma faculdade aplica-se para os fins de cálculo de Imposto Sobre Serviços (ISS), hipótese em que deverá ser observada a legislação municipal.

Art.13 [\(revogado pelo Provimento CN n. 149, de 30.8.2023\)](#)

I [\(revogado pelo Provimento CN n. 149, de 30.8.2023\)](#)

II [\(revogado pelo Provimento CN n. 149, de 30.8.2023\)](#)

III [\(revogado pelo Provimento CN n. 149, de 30.8.2023\)](#)

IV [\(revogado pelo Provimento CN n. 149, de 30.8.2023\)](#)

V [\(revogado pelo Provimento CN n. 149, de 30.8.2023\)](#)

VI [\(revogado pelo Provimento CN n. 149, de 30.8.2023\)](#)

Art.14 [\(revogado pelo Provimento CN n. 149, de 30.8.2023\)](#)

a) [\(revogado pelo Provimento CN n. 149, de 30.8.2023\)](#)

b) [\(revogado pelo Provimento CN n. 149, de 30.8.2023\)](#)

Art. 15 Este Provimento não revoga, no que forem compatíveis, as normas editadas pelas Corregedorias Gerais da Justiça e pelos Juízes Corregedores, ou Juízes competentes na forma da organização local, relativas à escrituração de Livro Diário, Livro Diário Auxiliar ou Livro Contábil.

Art. 16 As Corregedorias Gerais da Justiça deverão dar ciência deste Provimento aos Juízes Corregedores ou Juízes que na forma da organização local forem competentes para a fiscalização dos serviços extrajudiciais de notas e de registro, e aos responsáveis pelas unidades do serviço extrajudicial de notas e de registro.

Art. 17 Este Provimento entrará em vigor em 30 dias contados de sua publicação, revogando-se o Provimento n. 34/2013 e Orientação 6/2013 desta Corregedoria Nacional de Justiça.

Ministra NANCY ANDRIGHI

Corregedoria Nacional de Justiça